

- V -

**VERTICALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO ENSINO NOS
IF: ABORDAGEM INVESTIGATIVA DAS CONCEPÇÕES
POLÍTICAS E IMPLICAÇÕES NO TRABALHO
DOCENTE**

Adriana Valéria Barreto de Araújo

Universidade Federal do Amapá
E-mail: adriana.araujo@ifap.edu.br

Regina Lúcia da Silva Nascimento

Universidade Federal do Amapá
E-mail: relusilvanas@gmail.com

O estudo tem como finalidade tecer algumas reflexões acerca do processo de verticalização e integração do ensino nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), a partir da análise das concepções políticas presente nos documentos oficiais e implicações destas no trabalho docente dos professores atuantes nessas Instituições. Parte-se do pressuposto de que os Institutos Federais foram criados estrategicamente no contexto de diversificação da oferta da educação superior. Também considera-se que possuem propósitos educacionais imersos em ambiguidades e contradições inerentes ao sistema capitalista, já que por um lado atendem a uma demanda social que anseia por escolaridade, por outro lado, utilizam sua estrutura formativa na reprodução do capital, distanciando – se de uma oferta educativa consistente.

Nesses termos, Gramsci (1982) assevera que a sociedade para se manter estruturada conforme as exigências dos grupos hegemônicos, necessita da formação de “superestruturas”, as quais se relacionam dialeticamente com a atuação do Estado, que viabiliza a “infraestrutura” necessária para alcance de seus objetivos. Contudo, Gramsci observa que para a formação de “superestruturas” é importante a construção de consensos sociais e anuência da população sobre os direcionamentos dos projetos de sociedade em curso.

Deste modo, ao serem analisadas as ações do Estado e as instituições que o compõe, nesse caso, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, convém compreender: quais os interesses envolvidos e finalidades estruturais destas instituições? Em que medida a estrutura de ensino verticalizada interfere no trabalho de seus professores?

O estudo delineou-se pela abordagem qualitativa, calcada nas pesquisas bibliográfica e documental ancoradas em Lüdke e André (1986), ao propor discutir e analisar o problema em tela, com respaldo nas normativas legais de amparo à educação brasileira, bem como a partir das referências bibliográficas em estudos da sociologia e da pesquisa educacional.

Os Institutos Federais foram criados por meio da Lei nº 11.892/2008, fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e são especializados na oferta da Educação Profissional e Tecnológica. (BRASIL/MEC, 2008). No ano de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, passou por um intenso processo de reestruturação, que alterou a natureza jurídica, o campo de atuação e conseqüentemente, atingiu a dinâmica laboral nas instituições componentes da Rede. A rapidez dessas mudanças produziu enormes desafios aos IF, que tiveram ampliadas suas responsabilidades, tendo que atender novas demandas educacionais.

Ao validarem-se pela verticalização do ensino, os IF possibilitam a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades, que vão desde o Ensino Médio nas formas Integrada e Subsequente, Cursos Superiores, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), até a Pós-Graduação, dentro do mesmo ambiente formativo. O que permite afirmar que essas instituições se constituem como espaço diversificado para a oferta da educação pública Básica e Superior, comportando funcionalidades e arranjos institucionais diversos. Segundo Mancebo (2015, p.74), trata-se de uma tendência internacional fortemente incentivada (praticamente induzida) por Organismos Internacionais (OI), dentre os quais, o Banco Mundial (BM) apresenta papel de destaque.

Otranto (2011, p.12) destaca que o Banco Mundial desde a década de 1990 já apontava a necessidade da criação de um modelo institucional “alternativo” às Universidades de pesquisa, com a alegação de que os cursos ofertados seriam mais “flexíveis” e de menor custo que os universitários ditos “tradicionais”. Uma vez que na perspectiva economicista do BM, tanto as Escolas Técnicas, quanto as Universidades Federais eram consideradas onerosas para o Estado, dado os altos custos de manutenção e o “pouco” contingente de alunos atendidos. Tais críticas foram acompanhadas de recomendações que tomavam como referência os países de primeiro mundo, propondo a criação de instituições pautadas nos princípios de eficiência, eficácia e racionalização orçamentária.

Posto isso, e ancorados em tais princípios, os IF com todo o seu complexo arranjo institucional, integram o conjunto de diretrizes neoliberais que começaram a ser implantadas no Brasil na década de 90, com a reforma do Estado, inspirando a criação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, por Bresser Pereira, e que, atualmente, estão sendo aprofundadas por meio de estratégias que se aproveitam da máquina pública e de políticas sociais para fortalecerem a racionalidade capitalista.

Em meio a tal racionalidade, a atuação dos IF em seus aspectos político e filosófico, orienta para a flexibilização de itinerários formativos, os quais alteram as condições de trabalho, dada à dimensão e à abrangência de ações e responsabilidades educacionais (ensino, pesquisa e extensão). Nesse caso, o trabalhador docente é afetado significativamente pelas concepções políticas que conduzem a estrutura de funcionamento dessas instituições, na medida em que a carreira do docente – Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e a estrutura pedagógica pluricurricular, são formuladas para responder às exigências impostas pelo processo de reestrutura produtiva desencadeado pelos paradigmas da acumulação flexível.

Pela lei, os IF têm como finalidades “promover a integração e a verticalização da Educação Básica à Educação Profissional e Superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”. (BRASIL/MEC, 2008, p.02). Tais peculiaridades, revelam a forte sintonia dessas instituições com os interesses de reprodução do capital, e o Estado com elemento facilitar desses interesses, promovendo ações de cunho neoliberais, cuja referência é o setor privado, e o modelo de administrativo gerencial.

Castro (2008, p.391) enfatiza que a gestão gerencial caracteriza-se pela busca da eficiência, pela redução e pelo controle dos gastos públicos, pela demanda de melhor qualidade dos serviços públicos, pelos modelos de avaliação de desempenho, por suas novas formas de controlar o orçamento e os serviços públicos e pela “descentralização” administrativa, que dá maior “autonomia” às agências e aos departamentos. Segundo a autora essas características são análogas a administração de empresas privadas e fundamentam-se na compreensão de que deve-se superar os antigos paradigmas centralizadores de gestão, incorporando-se a noção de “modernidade”.

Nesse sentido, ao analisar a definição de integração curricular e verticalização do ensino à luz da perspectiva neoliberal, as mesmas ultrapassam o mero conceito pedagógico e assumem seu real significado, quando compreendidas como engrenagem para consolidação dos princípios da gestão gerencial, permitindo a otimização de recursos material e humano,

na mesma estrutura física, ou seja, a oferta de vagas e a utilização da força de trabalho ocorrem a custos reduzidos para o Estado.

Pelo exposto, depreende-se que o intenso processo de transformação da Rede Federal de Educação Profissional e a rapidez das mudanças na organização estrutural dos IF ocasionaram alterações significativas nas condições de trabalho dos professores atuantes nessas instituições. A estrutura verticalizada, vinculada à carreira EBTT impõe desafios à prática docente, que além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, também precisam lidar com as exigências demandadas pelas especificidades dos diferentes níveis de ensino e públicos diversos.

Palavras-chave: Verticalização. Trabalho docente. Institutos Federais

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 389-406, set./dez. 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANCIBO. Deise. Expansão da educação superior e a reforma da rede federal de educação profissional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 73-94, jan./abr. 2015.

OTRANTO, Célia Regina. A Reforma da Educação Profissional e seus reflexos na Educação Superior. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 122-135, jul.-dez. 2013.